

**PLANO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO PARA
CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: ANÁLISE CRÍTICA DOS
DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA
FORMAÇÃO DOCENTE**

**INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLAN
FOR CHILDREN WITH AUTISM
SPECTRUM DISORDER IN EARLY
CHILDHOOD EDUCATION: A CRITICAL
ANALYSIS OF THE CHALLENGES AND
POTENTIALS IN TEACHER EDUCATION**

**Autor 1¹ JOSÉ HUMBERTO ALVES
DOS SANTOS JÚNIOR,
HUMBERTJUNYOR2007@GMAIL.CO
M.**

Resumo: Esta pesquisa analisa a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI) na Educação Infantil para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), investigando a correlação entre a formação docente e a qualidade do seu planejamento. Caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória. Os resultados indicam que, embora o PEI seja um instrumento legalmente reconhecido e essencial para a acessibilização curricular, sua implementação enfrenta obstáculos operacionais devido à carência de formação específica (inicial e continuada) e à ausência de protocolos institucionais claros. A análise ressalta que o despreparo docente impacta diretamente a qualidade da mediação pedagógica. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da estruturação de políticas de formação que instrumentalizem o professor para atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal do estudante, garantindo intervenções funcionalmente significativas e equitativas.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado (PEI); Transtorno do Espectro Autista (TEA); Formação Docente; Educação Inclusiva.

Abstract: This research analyzes the use of the Individualized Educational Plan (IEP) in Early Childhood Education for children with Autism

Spectrum Disorder (ASD), investigating the correlation between teacher education and the quality of IEP planning. The study is characterized as a qualitative and exploratory bibliographic review. The results indicate that, although the IEP is a legally recognized instrument and is essential for curricular accessibility, its implementation faces operational challenges due to a lack of specific pre-service and in-service teacher training, as well as the absence of clear institutional protocols. The analysis highlights that inadequate teacher preparation directly affects the quality of pedagogical mediation. It is concluded that the effective implementation of inclusive education depends on the development of teacher education policies that equip teachers to work within the student's Zone of Proximal Development, ensuring functionally meaningful and equitable interventions.

Keywords: Individualized Educational Plan (IEP); Autism Spectrum Disorder (ASD); Teacher Education; Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da Educação Inclusiva tem sido substancial nas últimas décadas, impulsionado por marcos legais e sociais que convergem na defesa do direito universal à aprendizagem. Não obstante, no que concerne à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), persistem desafios multifacetados. Estes abrangem o planejamento pedagógico, a formação docente e a efetivação de estratégias individualizadas que atendam às singularidades desse público.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) emerge como um instrumento importante para a concretização da

inclusão, uma vez que formaliza e orienta a adaptação curricular e as práticas pedagógicas em função do perfil de desenvolvimento e das necessidades educacionais específicas de cada estudante-alvo da Educação Especial.

Apesar de sua reconhecida relevância normativa e pedagógica, observa-se, no contexto escolar, a insistência de dificuldades por parte dos educadores na elaboração, compreensão e aplicação sistemática do PEI. Tais dificuldades são frequentemente atribuídas à insuficiência de formação continuada e à carência de protocolos claros que delimitem a intervenção pedagógica. Torna-se, pois, imperativo investigar a compreensão e a utilização do PEI pelos docentes, com vistas a subsidiar e reforçar as práticas inclusivas, em especial na Educação Infantil, fase crucial para o desenvolvimento global e a consolidação de pré-requisitos essenciais de aprendizagem.

Este estudo se propõe a realizar uma análise crítica da utilização do PEI nas práticas pedagógicas dirigidas a crianças com TEA e a elucidar a correlação entre a formação docente e a qualidade de sua elaboração e aplicação no cotidiano escolar. O foco

analítico recai sobre a interconexão entre formação profissional, planejamento individualizado e a promoção da inclusão escolar efetiva, situando a temática no campo da Educação Especial na perspectiva Inclusiva e dos processos formativos de professores, sendo este o objeto de análise desta investigação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e de caráter exploratório, tendo como objetivo analisar criticamente a literatura científica acerca do Plano Educacional Individualizado (PEI) aplicado a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase nos desafios e nas potencialidades relacionadas à formação docente e à prática pedagógica inclusiva.

De acordo com Fundamentos de Metodologia Científica, de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003) a pesquisa pode ser compreendida como um procedimento sistemático e racional que tem por finalidade proporcionar respostas aos problemas propostos, utilizando métodos científicos adequados. Nesse sentido, as autoras afirmam que a

pesquisa consiste em “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155).

A escolha da pesquisa bibliográfica como estratégia metodológica justifica-se pela necessidade de reunir, analisar e interpretar produções acadêmicas e científicas que discutem o Plano de Ensino Individualizado, a Educação Inclusiva e as práticas pedagógicas voltadas para estudantes com TEA. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos científicos, documentos oficiais e outras fontes acadêmicas que permitem ao pesquisador ampliar o conhecimento acerca de determinado tema.

Segundo as autoras, a pesquisa bibliográfica não se limita à simples reprodução de conteúdos já publicados, mas possibilita ao pesquisador examinar o tema sob novas perspectivas, promovendo análise crítica e integração de diferentes referenciais teóricos (LAKATOS; MARCONI, 2003). Assim, esse tipo de

investigação constitui um instrumento fundamental para a construção do embasamento teórico de estudos científicos.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu as fases clássicas da investigação bibliográfica, conforme sistematizadas por Lakatos e Marconi (2003): escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação e localização das fontes, compilação dos materiais, fichamento, análise e interpretação das informações e, por fim, a redação do texto científico. Essas etapas permitiram organizar o processo investigativo de maneira sistemática, garantindo maior rigor metodológico na construção do estudo.

Para a constituição do corpus teórico da pesquisa, foram selecionadas obras e produções científicas relacionadas aos seguintes eixos temáticos: Educação Inclusiva, formação docente, Plano de Ensino Individualizado (PEI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre os materiais analisados, destacam-se livros, artigos científicos, legislações educacionais e documentos oficiais que discutem a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e estratégias de ensino voltadas para estudantes com necessidades educacionais específicas.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura analítica e interpretativa do material selecionado, buscando identificar convergências teóricas, lacunas na literatura e contribuições relevantes para a compreensão do papel do PEI no processo de inclusão escolar de crianças com TEA. Conforme apontam Lakatos e Marconi (2003), a análise e interpretação dos dados constituem etapas essenciais da pesquisa, pois permitem estabelecer relações entre as informações coletadas e o problema investigado, contribuindo para a construção de novos conhecimentos científicos.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma compreensão aprofundada do estado da arte sobre o PEI no contexto da Educação Inclusiva, permitindo discutir criticamente os desafios enfrentados pelos professores na elaboração e implementação desse instrumento pedagógico, bem como destacar sua relevância para a promoção de práticas educacionais mais equitativas e centradas nas necessidades dos estudantes com TEA.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão bibliográfica foi construída a partir de um

levantamento sistemático em bases de dados como Google Acadêmico e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Foram utilizados os descritores "Plano Educacional Individualizado", "TEA" e "Formação Docente", compreendendo o período de 2014 a 2024. Após a aplicação dos critérios de inclusão como: Educação Inclusiva; Formação docente; Plano Educacional Individualizado (PEI); Transtorno do Espectro Autista (TEA), foram selecionados 5 estudos principais para a composição desta síntese.

Quadro 1: Distribuição dos estudos selecionados para a revisão bibliográfica.

Aut or(es) e Ano	Tip o de Produção	Foco Principal da Investigação
MA RTINS, BETONE e BARCEL OS (2024)	Arti go Científico	Formaç ão de professores e elaboração do PEI para TEA na Educação Infantil.
FU RTADO (2022)	Dis sertação de Mestrado	Formaç ão docente voltada para a adequação curricular por

		meio do PEI.
OLI VEIRA (2020)	Dis sertação de Mestrado	A importância do PEI no processo de inclusão escolar de crianças autistas.
BA RBOSA e CARVALH O (2019)	Pro duto Educacion al	Mapea mento dos conhecimen tos necessá rios para a elaboração do PEI.
IMB ERNÓN (2010)	Livr o	A formação continuada de professores como um elemento indissociável do desenvolvime nto profissional e da mudança da prática educativa.

Fonte: Elaborado pelo autor
(2026).

A partir dessa delimitação, a análise dos dados foi conduzida confrontando as realidades empíricas descritas por esses autores com o arcabouço normativo nacional e a base teórica vigotskiana.

A literatura converge para a compreensão do PEI como um documento técnico-pedagógico que mapeia habilidades e metas singulares para o estudante. Os estudos de Martins, Betone e Barcelos (2024) e Furtado (2022) reforçam que, para o público com TEA, o PEI é o dispositivo catalisador da inclusão por permitir um acompanhamento flexível diante da complexidade do espectro. Identificou-se que a fragilidade na formação é o principal entrave para a definição de metas individualizadas.

3.1 O PEI na Perspectiva Legal e Normativa

Os textos analisados convergem ao apontar que o PEI, embora não detalhado minuciosamente em uma única lei federal, encontra sustentação na Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). A literatura destaca que o documento é o meio pelo qual se garante o direito ao "atendimento educacional

especializado". Autores como Oliveira (2020) ressaltam que a obrigatoriedade legal tem impulsionado as escolas a buscarem modelos de plano, embora ainda falte uma padronização nacional.

3.2 Dificuldades Relatadas pelos Docentes

A categoria mais expressiva na literatura refere-se aos entraves operacionais. Verificou-se uma convergência entre os autores (Martins et al., 2024; Furtado, 2022) sobre a "solidão pedagógica" do professor regente. As principais dificuldades identificadas foram:

- Incapacidade de realizar a avaliação funcional do estudante com TEA;
- Sobrecarga administrativa que reduz o tempo para o planejamento individualizado;
- Confusão entre adaptação curricular (simplificação) e o PEI (desenvolvimento de habilidades).

3.3 Formação Docente e Qualidade da Aplicação

Os resultados demonstram que a formação inicial nos cursos de Pedagogia ainda é generalista e insuficiente para a demanda do

autismo. Os estudos de Imbernón (2010) e as pesquisas recentes indicam que a formação continuada em serviço é o modelo que apresenta melhores resultados na aplicação do PEI, permitindo que o professor reflita sobre sua prática em tempo real.

3.4 Discussão

A análise articula a prática do PEI à Perspectiva Histórico-Cultural de Vygotsky, onde o plano atua como guia para a mediação na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Enquanto o arcabouço legal brasileiro (LDB, Lei Berenice Piana e LBI) garante o direito ao suporte especializado, a realidade escolar descrita por Imbernón (2010) e Mantoan (2003) revela que a inclusão transcende a inserção física, exigindo uma transformação na cultura docente. A discussão aponta que sem formação reflexiva, o PEI corre o risco de tornar-se meramente burocrático.

Os achados desta revisão confirmam a premissa de que a existência do PEI, por si só, não garante a inclusão efetiva. Ao articular os resultados com a fundamentação teórica, observa-se que o plano atua como a materialização da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky. Enquanto a literatura revisada

confirma que o PEI é o melhor instrumento de mediação, ela acrescenta um dado crítico: sem a compreensão teórica do desenvolvimento do autismo, o documento torna-se uma peça burocrática e estática, e não um guia de intervenção.

A interpretação crítica dos dados sugere uma contradição entre o avanço legislativo e a realidade das salas de aula. Enquanto a lei exige a individualização, a falta de protocolos institucionais (mencionada nos resultados) deixa o professor sem parâmetros para medir o progresso do aluno. Portanto, a discussão avança ao propor que a formação docente não deve ser apenas técnica (como preencher o plano), mas sim reflexiva e colaborativa, envolvendo o professor regente, o mediador e a equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em um trabalho conjunto, mitigando a fragmentação do ensino que hoje prejudica o estudante com TEA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu uma análise aprofundada sobre a centralidade do Plano Educacional

Individualizado (PEI) na escolarização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no contexto da Educação Infantil. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que o PEI não se configura meramente como um documento burocrático, mas como o instrumento fundamental para a materialização da equidade e da acessibilidade curricular, operando como o guia da mediação pedagógica necessária para transpor as barreiras de aprendizagem.

Os dados levantados demonstram que a principal fragilidade na aplicação deste plano não reside na ausência de normas legais uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro é robusto e atualizado, mas sim na lacuna existente entre o texto da lei e a realidade das salas de aula. Identificou-se que a carência de formação específica, tanto inicial quanto continuada, gera um cenário de insegurança pedagógica, no qual o docente muitas vezes se vê desprovido de ferramentas técnicas para realizar a avaliação funcional e o planejamento de metas que respeitem a Zona de Desenvolvimento Proximal do estudante autista.

Conclui-se, portanto, que a efetivação de uma educação verdadeiramente

inclusiva exige que as instituições de ensino transcendam a inclusão meramente administrativa. É importante o investimento em políticas de formação em serviço e o estabelecimento de protocolos institucionais que favoreçam o trabalho colaborativo entre professores regentes e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Por fim, este trabalho não pretende esgotar a temática, mas sim fomentar o debate sobre a necessidade de formações sobre as práticas inclusivas. Sugere-se que pesquisas futuras busquem investigar modelos de PEI que já apresentam sucesso na rede pública, a fim de criar parâmetros que possam auxiliar docentes em formação a converter o direito legal em desenvolvimento humano e acadêmico efetivo para os estudantes com TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª Edição, Texto Revisado: DSM-V-TR**. Artmed, 2022;

BARBOSA, Vânia Beatriz; CARVALHO, Maria Paula. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado – PEI**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Rio do Pombo, 2019. 2019. 23p. Disponível

em: <<https://educapes.capes.gov.br/bits/tream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2026;

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 50/2023**. Orientações específicas para o atendimento escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265021-pcp050-23-reanalise&category_slug=dezembro-2023-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 fev. 2026;

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera e regulamenta dispositivos sobre a organização documental da educação especial e a integração do planejamento individualizado ao projeto político-pedagógico. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm>. Acesso em: 18 abr. 2026;

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996;

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012;

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015;

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva** – PNEEPEI/MEC. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008;

FURTADO, Keytt Dayane Pirovani. **Formação docente para adequação curricular por meio do plano de ensino individualizado**. 2022. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022;

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010;

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003;

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007;

MARTINS, Maria de Fátima Aparecida; BETONE, Gláucia Aparecida Barbosa; BARCELOS, Kleber da Silva. Formação de professores para elaboração de PEI de crianças com TEA na Educação Infantil. **Perspectivas Em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 11, n. 28, p. 107-125, 2024;

OLIVEIRA, Marines Andreazza de. **Plano Educacional Individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, 2020;

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006;

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.